

REVISTA
FILOSÓFICA
DE
COIMBRA

vol. 25 - número 50 - outubro 2016

vol. 25 - número 50 - outubro 2016

Fundação Eng. António de Almeida



de Coimbra”, “Pedro Hispano”, “Francisco Suárez”, “Leão Hebreu”, “Teodoro de Almeida”, “José Marinho”, entre algumas mais. Quanto ao resto, parecerá a um leitor desprevenido que os filósofos portugueses só interessam aos nacionais e só são objecto dos estudiosos da sua Pátria, e tantas vezes sob a obsessão interpretativa da “precedência” (veja-se v.g., e entre outros mais, o que se lê sobre Mircea Eliade e Aarão de Lacerda). Só que, e também por estes mesmos casos, continuamos sem perceber o que se entende afinal em Portugal por “edição” ou “coordenação” editorial.

Mário Santiago de Carvalho

Giurgevich, Luana & Leitão, Henrique, *Clavis Bibliothecarum. Catálogos e inventários de Livrarias de Instituições Religiosas em Portugal até 1834*, Moscavide: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016, 863pp. ISBN: 978-989-97257-7-5

Felizmente em absoluta contraposição com a obra anterior, o presente Catálogo supera positivamente todas as expectativas do leitor mais exigente. Catálogos, Inventários e outras Listas de livros, e Documentos inventariados, respeitantes (e não iremos ser exaustivo) às Ordens monásticas (de São Bento, Cister, São Jerónimo, São Paulo Primeiro Eremita, Cartuxa), aos Cónegos Regulares (de Santo Agostinho e de São João Evangelista), aos Mendicantes (Eremitas de Santo Agostinho, Agostinhos Descalços, Carmo, Carmelitas Descalços, Menores, Senhor Jesus Nazareno, Mínimos, Santa Úrsula, São João de Deus, Pregadores, Santíssima Trindade, Santa Brígida), aos Clérigos Regulares (Companhia de Jesus, Regulares Ministros dos Enfermeiros, Teatinos e Marianos), às Ordens Militares (Avis, Cristo, Santiago e Malta), às Sociedades de Vida Apostólica (Clérigos Pobres, Porta do Céu e Recolhimentos), e a outras livrarias e casas religiosas não identificadas, o trabalho minucioso e paciente dos AA acaba de nos pôr nas mãos um precioso instrumento de trabalho. Evidentemente que, nesta Revista, interessa-nos a relevância deste Catálogo para os estudos filosóficos, não obstante a sua consulta entusiasmar todo aquele que se emocionou alguma vez com a leitura da História de Alberto Manguel, já traduzida entre nós, e poder ser um grito de expressão política para todo aquele que não se deixa liquidar pelo alegado programa do fim do livro, numa época de digitalização imparável. Como a respeito do título anteriormente recenseado se disse, a situação da investigação sobre a filosofia em Portugal ainda é bastante pobre, frágil mas promissora. Ora, com base neste humilde mas tão digno trabalho de recenseamento bibliográfico dificilmente nos poderemos continuar a lamentar por alegada falta de materiais. Se um mérito indiscutível este trabalho dos AA tem é o mostrar à evidência que o vazio de fontes é um mito, uma desculpa fácil para a preguiça, a falta de com-

petência para a investigação primária ou (pior ainda) para a ignorância do crucial relevo que estas obras poderão ter. Estamos a falar de milhares, de milhões de páginas ainda por ler, estudar, interpretar e ponderar. Uma impressão relativamente boa do estado da questão poderá o leitor obtê-la já demorando-se num estudo introdutório (pp. XV-XLVIII) que além de propor uma primeira aproximação às dificuldades relativas ao horizonte da “dimensão das bibliotecas eclesiásticas”, nos dá um registo histórico faseado da “onda inventariante” pela seguinte cronologia, que é também o objecto histórico do presente catálogo: 1759/60 (a acção pombalina após a extinção da Companhia de Jesus), 1765/66 (a continuação da acção mas à luz de uma reforma do sistema de ensino), 1769/70 (o tempo da fiscalização das livrarias pela Real Mesa Censória), 1770 (na sequência da extinção dos Mosteiros dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho), 1789/1823 (o novo impulso dado à inventariação pela instituição da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas), 1832/35 (produção de inventários de extinção das casas religiosas masculinas), e 1836 (segunda fase deste último processo). O interesse para a filosofia (e para a história da filosofia em particular) de toda esta informação é óbvio, e já tivemos oportunidade de o aflorarmos na Nota Editorial ao fascículo da RFC imediatamente anterior a este, que tivemos oportunidade de escrever a respeito da novel secção “Memoria”: uma parte de leão da actividade filosófica portuguesa regista-se sob a égide da Igreja e dos seus escolares. Na impossibilidade material de darmos conta do imenso valor deste Catálogo seja-nos permitida uma referência breve concentrando-nos, não nos Carmelitas, tal como sucedeu naquela Nota, mas nos Jesuítas (pp. 295-317, ou seja, documentos 701 a 754). Com esta breve apresentação, o leitor ficará minimamente informado acerca do estilo e dos conteúdos deste notável instrumento de trabalho, ferramenta – diria antes, alfaia – doravante imprescindível para quem quer se venha a dedicar à História da Filosofia em Portugal, pelo menos de maneira a evitar o péssimo hábito da ruminação que Nietzsche entreviu como qualidade filosófica, mas que é deveras nocivo para o trabalho em história da filosofia. A secção dedicada à S.J. divide-se, primeiro, em mais de vinte Casas; note-se, de passagem, como isto nos permitirá o cruzamento da história da filosofia com a geografia da filosofia, oferecendo-nos assim a possibilidade de uma narrativa nacional descentrada, mais adequada (entre parêntesis damos a numeração dos documentos): São Roque de Lisboa (701-05), Espírito Santo de Évora (706-09), Colégio de Coimbra (710-18), Madre de Deus de Évora (719-20), Nossa Senhora da Conceição de Santarém (721), Santíssima Trindade de Gouveia (722), Santo Antão de Lisboa (723), Santo Nome de Jesus de Bragança (724-7), São Francisco Xavier de Beja (728), ao mesmo, de Lisboa (729) e de Setúbal (730-1), São João Evangelista de Vila Viçosa (732), São Patrício dos Irlandeses de Lisboa (733-7), São Sebastião de Portalegre (738), São Sizenando de Portimão (739-40), São Tiago de Elvas (741-3), São Tiago Maior de Faro (744-5), Todos-os-Santos de Ponta Delgada (746-7), Sanfins de Frietas

(748), Arroios (749-50) e demais livrarias da SJ não identificadas (751-4). Uma tal extensão geográfica obedece, em termos de classificação e registo, a uma perspectiva cronológica, São Roque fundada em 1553, Arroios em 1705, além do que, para cada uma destas entradas, se dá igualmente uma indicação bibliográfica, ou notas. A seguir, cada documento numerado inclui a data (conjecturada ou definida), a identidade da comissão inventariante, o número de itens, a tipologia, assuntos, exemplificação e notas. Enfim, um trabalho meritório e metódico, como convém nestes casos. Concretizemos mais ainda, servindo-nos da situação do Colégio de Coimbra (que nos seja perdoado o egoísmo) e dos seus oito documentos. O que podemos aí encontrar? Primeiro, a informação sobre a sua localização: a Torre do Tombo, o Arquivo da Universidade de Coimbra, e a Biblioteca Nacional. Depois, e surpreenda-se agora o nosso leitor, a existência de 8012 itens (se não nos enganámos nas contas). Destes mais de oito mil volumes, os temas mais relevantes podem ser (vamos seguir como exemplo a tipologia irregular e hoje em dia questionável do documento 710): a Sagrada Escritura, Santos Padres, Intérpretes, Teólogos, Tratados Morais, Direito Canónico, Direito e Sermões ou Consinadores (*scilicet*: Discursos em assembleias), Direito e Pregação, Direito Civil, Ascéticos, Filosofia, Matemáticas e Medicina, Humanidades, Algum Direito e Humanidades, História, Política. Ficamos também a conhecer (agora v.g. pelo documento 713) os nomes e as matérias especializadas de alguns professores, como as dos lentes de Teologia, de alguns cursos e seus docentes (o P. Bernardo de Oliveira, lente de Matemática, por exemplo, ou de José Nunes, mestre do 4º curso de Filosofia), até mesmo que o roupeiro chamado Francisco de Sampaio tem livros no seu “cubículo”, quer dizer, no seu gabinete (doc. 721, p. 303). Em vão imaginaremos a quantidade de informação que se pode eventualmente vir a extrair da consulta directa destes milhares de documentos, cuja existência doravante jamais ninguém poderá dizer que desconhecia. Entre os itens exemplificados (e a brevidade que nos é imposta aqui deve servir de acicate à consulta) estão Séneca, Escoto, “livros pregados em estantes” e “livros proibidos que estavam fechados debaixo de chave em lugar separado”. Este último picante da comissão que teve a seu cargo a inventariação em 2 de Agosto de 1766, permite-nos pensar como a “chave” que alegadamente interditava ou pelo menos dificultava o acesso a certa literatura, vai agora servir – glosemos as palavras de D. Pio Alves numa breve introdução (p. IX) – à preciosidade da descoberta, da abertura. Oxalá a saibamos utilizar. Para aquilatarmos, por fim, da qualidade da catalogografia, basta ainda acrescentar que a *Clavis Bibliothecarum* inclui, além de Bibliografia muito exaustiva sobre a História das Bibliotecas (pp. 787-829), um Índice geral onomástico (pp. 833-854) e um outro de antigos possuidores (livrarias particulares).

Mário Santiago de Carvalho